

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO**  
**CHRISTIANO LACERDA GHUERREN**

**PROCESSO:** TCE-RJ nº 243.750-6/2024  
**ORIGEM:** PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO  
**ASSUNTO:** REPRESENTAÇÃO  
**INTERESSADO:** COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VIEIRA LTDA.  
**ADVOGADA:** Ariana Dias Pereira (OAB/RJ nº 221.360)

**DECISÃO MONOCRÁTICA GCS-3**

Art. 149 do Regimento Interno –TCE-RJ  
(Deliberação TCE-RJ nº 338, de 08 de fevereiro de 2023)

**REPRESENTAÇÃO. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA ELABORAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.138/2024. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (HORTIFRUTIGRANJEIRO, CEREAIS, CARNES, LATICÍNIOS E PANIFICAÇÃO) PARA CONFECÇÃO DA MERENDA ESCOLAR NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME) DE NOVA FRIBURGO. REVOGAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA ANTERIORMENTE DEFERIDA. SOBRESTAMENTO DA ANÁLISE DE MÉRITO. COMUNICAÇÃO. RETORNO DOS AUTOS.**

Cuidam os autos de Representação, com pedido de tutela provisória, interposta pela pessoa jurídica de direito privado COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VIEIRA LTDA., com sede na Cidade de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Cotril nº 3.060, bairro Jamaparã – 4º Distrito, inscrita no CNPJ sob o nº 10.866.908/0001-36, representada por sua advogada, Dra. Ariana Dias Pereira, inscrita na OAB/RJ nº 221.360, em face de possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura Municipal de Nova Friburgo na elaboração do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.138/2024, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios (hortifrutigranjeiro,

cereais, carnes, laticínios e panificação) para confecção da merenda escolar nas unidades escolares da rede pública de ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para o alunado da rede municipal de educação, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação (SME) no ano letivo de 2025, no valor estimado de R\$ 18.599.812,50 (dezoito milhões, quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) com certame agendado para o dia 11/11/2024, tendo sido suspenso *sine die* por determinação desta Corte de Contas.

Trata-se da **3ª (terceira) submissão** da Representação em exame à apreciação desta Corte de Contas. Em 28/11/2024 proferi decisão Monocrática do seguinte teor:

I- Pelo **CONHECIMENTO** desta Representação, visto que presentes os pressupostos necessários à sua admissibilidade, nos termos do Regimento Interno desta Corte;

II – Pelo **DEFERIMENTO DA TUTELA PROVISÓRIA**, determinando-se ao atual Secretário Municipal de Educação de Nova Friburgo que suspenda o processo licitatório conduzido nos autos do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.138/2024 no estado em que se encontra, abstendo-se de adjudicar o objeto, homologar o resultado ou celebrar o contrato, até a decisão de mérito desta Representação;

III- Pela **COMUNICAÇÃO** ao atual Secretário Municipal de Educação de Nova Friburgo, nos termos do art. 15, inciso I, do Regimento Interno, para que tome ciência da decisão desta Corte e, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste de forma exauriente a fim de comprovar que não houve restrição à competitividade quando da realização do Pregão Eletrônico nº 90.138/2024, apresentando os documentos que julgar pertinentes, principalmente:

- Ata do Pregão Eletrônico nº 90.138/2024, contendo a relação dos licitantes que participaram, a fim de comprovar que os produtos questionados são efetivamente comercializados de forma ampla e irrestrita por fornecedores reconhecidos nacionalmente, garantindo a competitividade do certame, assim como, informando sobre a inabilitação/desclassificação de alguma licitante em razão do disposto nos itens contestados nesta Representação.

IV- Pela **COMUNICAÇÃO** ao titular do Órgão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, para que acompanhe o cumprimento da decisão e, em caso de descumprimento, dê ciência imediata a este Tribunal, sob pena de responsabilidade solidária, de acordo com o inc. IV, art. 53 e art. 55 da Lei Complementar nº 63/90;

V – Pela **COMUNICAÇÃO** à Representante, bem como à sua advogada, Dra. Ariana Dias Pereira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 221.360, na forma prevista no art. 15, inciso I c/c art. 110 do RI-TCE a fim de que tomem ciência desta decisão.

Em resposta, a Secretária Municipal de Educação de Nova Friburgo, Sra. Caroline Moura Klein, ingressou com os elementos que constituíram o documento eletrônico TCE-RJ n.º 27146-7/2024 de 09/12/2024.

Em sua reanálise técnica, o Corpo Instrutivo assim se pronuncia, em conclusão, por meio da peça eletrônica datada de 17/12/2024 (Informação CAD-EDUCAÇÃO):

**PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO**

*Ante o exposto, sugere-se:*

***I.REVOGAÇÃO DA TUTELA*** concedida na decisão de 28/11/2024;

***II.IMPROCEDÊNCIA*** da Representação nos termos do exame realizado;

***III.COMUNICAÇÃO*** à Secretária Municipal de Educação de Nova Friburgo, Senhora Caroline Moura Klein, nos termos do artigo 15, I do Regimento Interno, para que tome ciência da decisão deste Tribunal de Contas;

***IV.COMUNICAÇÃO*** à Representante, bem como à sua advogada, Dra. Ariana Dias Pereira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 221.360, nos termos do artigo 15, I c/c o artigo 110 do RITCERJ, para ciência da decisão proferida;

***V.ARQUIVAMENTO*** deste processo.

O douto Ministério Público de Contas junto ao TCE-RJ, representado pelo Procurador-Geral Henrique Cunha de Lima, manifesta-se de acordo com o Corpo Instrutivo, por meio do parecer constante da peça eletrônica “19/12/2024 – Informação GPG”.

**É o Relatório.**

Inicialmente, registro que atuo nestes autos nos termos do art. 216 do Regimento Interno deste Tribunal, tendo em vista o Ato Executivo nº 26.183, exarado pela

Presidência desta Egrégia Corte de Contas, publicado no DOERJ de 27 de março de 2024.

Em breve síntese, rememoro que a Representante ingressou com a presente Representação alegando que houve a reunião indevida de itens heterogêneos em um mesmo lote, o que comprometeria o caráter competitivo do certame. Isso porque, no Lote 4, houve a junção de carnes e pescados, itens que, em geral, são industrializados e comercializados por empresas especializadas em cada segmento.

Promovido o contraditório, verifico que a jurisdicionada citou diversos certames realizados por outros municípios nos quais a junção de carnes em um mesmo lote (bovina, suína, aves e peixes) não afetou a competitividade do certame. Em complemento, informou que 10 (dez) proponentes se apresentaram para participar da disputa do lote questionado (lote 4), não tendo sido evidenciada restrição à competitividade no certame ora em discussão

Embora defenda a inadequação da junção dos pescados com demais carnes, em consulta à internet, o Corpo Instrutivo identificou que a ora representante participou de pregão promovido pela Prefeitura Municipal de Teresópolis<sup>1</sup>, sagrando-se vencedora de lote composto por carnes bovinas, cortes de aves, pescados e embutidos.

Sendo assim, concluo que deve ser revogada a cautelar anteriormente deferida, visto que não subsistem os motivos que ensejaram seu deferimento, em especial a probabilidade de direito.

Incluo, por fim, item pelo sobrestamento da análise de mérito da presente Representação, a qual será analisada em momento oportuno findo o recesso<sup>2</sup>.

*Ex positis*, manifesto-me **PARCIALMENTE DE ACORDO** com o Corpo Instrutivo, e com o douto Ministério Público de Contas, e profiro

### **DECISÃO MONOCRÁTICA:**

---

1

<https://teresopolis.eloweb.net/portaltransparencia/1/contratos/detalhes?entidade=1&exercicio=2024&contrato=25&tipoAto=2>

<sup>2</sup> Vide artigo 181 do RI-TCERJ.

- I- Pela **REVOGAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA** anteriormente deferida;
- II- Pelo **SOBRESTAMENTO DA ANÁLISE DE MÉRITO** da presente Representação;
- III- Pela **COMUNICAÇÃO** à atual Secretária Municipal de Educação de Nova Friburgo, nos termos do artigo 15, inciso I, do RITCERJ, para que tome ciência desta decisão;
- IV- Pela **COMUNICAÇÃO** à Representante, bem como à sua advogada, Dra. Ariana Dias Pereira, inscrita na OAB/RJ sob o nº 221.360, na forma prevista no art.15, inciso I c/c art. 110 do RI-TCE a fim de que tomem ciência desta decisão;
- V- Pelo posterior **RETORNO** do presente processo ao meu Gabinete para relatar.

GCS-3,

**CHRISTIANO LACERDA GHUERREN**  
**Conselheiro Substituto**